

## PSICOLOGIA NA COMUNIDADE, PSICOLOGIA DA COMUNIDADE E PSICOLOGIA (SOCIAL) COMUNITÁRIA – Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil

Maria de Fátima Quintal de Freitas<sup>1</sup>

Falar, hoje, quase a meados da década de 90, sobre a psicologia comunitária ou, de uma maneira mais simplificada, sobre a prática da psicologia em comunidade é, com certeza, muito diferente do que se estivéssemos fazendo o mesmo em inícios dos anos 80, especialmente considerando-se as peculiaridades que a nossa história recente tem presenciado.

Se fizéssemos, neste momento, um rápido levantamento sobre que idéia seria construída na cabeça das pessoas, quando solicitássemos que pensassem sobre a prática da psicologia comunitária, ou da psicologia na comunidade

---

1. A autora agradece à Dra. Regina Helena de F. Campos a oportunidade para a publicação deste trabalho. Correspondência referente a este trabalho poderá ser enviada à Rua Natalina D. Carneiro, 740, Apto. 101-A, J. Penha, Vitória, ES, Brasil, CEP: 29060-000.

ou mesmo da psicologia da comunidade, poderíamos arriscar dizer que a quase totalidade delas estaria pensando em alguma das seguintes situações:

- algumas imaginariam o psicólogo em algum lugar mais pobre e sem infra-estrutura;

- outras veriam o psicólogo indo de encontro à população, população essa que geralmente desconhece esse trabalho assim como as suas possibilidades de ajuda;

- outras, ainda, pensariam em lugares como favelas, cortiços, bairros de periferia, lixões, assentamentos, mutirões, associações de bairros, grupos de mulheres, de jovens, de terceira idade, menores de rua, ou grupos marginalizados, em geral; e

- algumas poderiam, também, pensar em situações institucionalizadas, cuja população freqüentadora estaria muito próxima à condição de marginalizada dos serviços, direitos e obrigações da sociedade e do Estado.

Acreditando que a todo e qualquer processo de trabalho e de produção de conhecimento existem determinações históricas e políticas que os influenciam, pode-se afirmar que falar da psicologia comunitária é falar, também, da história política recente do Brasil e da América Latina.

Poderíamos, então, indagar se todos estes exemplos caracterizariam práticas da psicologia em comunidade. Para responder a isto faz-se necessário recuperar o processo de surgimento desse tipo de prática, e para isto é necessário atender a dois aspectos:

- um, ligado ao processo histórico pertinente a essa prática, recuperando as condições que contribuíram para o aparecimento dos chamados trabalhos em comunidade; e

- outro, ligado aos aspectos que podem explicar como a profissão de psicólogo foi sendo constituída, criada, e em

torno de que temáticas/problemáticas essa prática profissional foi se estruturando e preparando novos quadros de psicólogos para a realidade brasileira.

Isto pode contribuir para algumas reflexões a respeito das práticas que estão sendo desenvolvidas e sobre os cursos de psicologia, em termos de como eles estão preparando para a prática nesse tipo de trabalho. Pensar sobre o tipo de atuação da psicologia na comunidade exige que se identifique as tendências que ela tem apresentado, assim como as perspectivas teóricas e metodológicas que têm permeado o desenvolvimento de tais trabalhos. Ao longo da exposição aqui realizada, estará sendo citada uma bibliografia referente à temática do desenvolvimento de trabalhos em comunidade por psicólogos. Esta bibliografia poderá ser consultada, mais detalhadamente, por aqueles que pretendam desenvolver estudos nesta área, ou que pretendam orientar suas práticas futuras, com vistas a um maior engajamento, para as problemáticas cotidianas vividas pelo povo do nosso país.

### **1. Sobre a história da inserção do profissional de psicologia no desenvolvimento de trabalhos em comunidade**

O nome "trabalhos em comunidade" é uma expressão relativamente antiga, tendo surgido nas décadas de 40 e 50. Nesse período, o Brasil passava por mudanças no seu modelo produtivo, saindo do agropecuário e ingressando no agroindustrial, o que exigia a preparação de uma nova mão-de-obra, mais afeita às demandas de um sistema fabril. Assim, neste contexto, são criados e desenvolvidos vários projetos, nas áreas educacional e assistencial, sob a responsabilidade e a coordenação do Estado, objetivando preparar os setores populares para tarefas relacionadas a esse novo modelo econômico (Ammann, 1980). Eram trabalhos

comunitários que atendiam aos interesses das elites econômicas do país, cujos profissionais, em sua maioria provenientes das ciências humanas e sociais, ocupavam nesses projetos funções estratégicas destinadas à prestação de serviços básicos à população. Dentro deste clima do chamado desenvolvimentismo, o Brasil atravessa a década de 50, assistindo, em diversos locais, cidades e estados, a realização de vários trabalhos junto aos setores mais desfavorecidos da população, quase todos com fortes elementos assistencialistas e paternalistas (Wanderley, 1993). É neste decênio que Brasília é construída, que o governo de Juscelino Kubitschek (JK) adota a filosofia de "crescer 50 anos em cinco anos", ao mesmo tempo em que o país já assiste ao crescimento da inflação, do desemprego e da sua pobreza, em ritmo acelerado.

#### **1.1. Entrando nos anos 60**

Nos anos 60, o Brasil e vários países da América Latina entram em um período de graves e fortes confrontos estabelecidos entre, de um lado, o Estado e as forças capitalistas e, de outro, as necessidades básicas da população e a participação da sociedade civil nas discussões políticas e societárias. Os movimentos populares urbanos tornam-se mais freqüentes e, no meio rural, as ligas camponesas vão aglutinando um número maior de trabalhos em torno de reivindicações de necessidades básicas. As greves espalham-se em vários setores da produção e dos serviços, o desemprego atinge números assustadores, e a inflação e o custo de vida tornam-se insuportáveis para as classes trabalhadoras e para a população em geral (Freire, 1979).

No Brasil, nos primeiros anos desta década, acontecem tentativas de significativas transformações, especialmente, na área educacional. Tratava-se de projetos que buscavam o desenvolvimento de uma consciência crítica na popula-

ção, a fim de que esta pudesse recuperar seu lugar no processo social do qual fazia parte. Exemplos disto foram os trabalhos executados principalmente no nordeste do país, de educação popular e de adultos, fundamentados na filosofia e no método de Paulo Freire, apresentando um compromisso político explícito com a libertação dos setores populares e com o resgate do seu papel como agentes sociais e históricos (Freire, 1974, 1978, 1979a e 1979b; Oliveira, 1981; Ceccon et alii, 1983). Pode-se, também, citar a experiência pedagógica - "De pé no chão também se aprende a ler" - desenvolvida, quase à mesma época, no estado do Rio Grande do Norte (Góis, 1980).

Entretanto, no Brasil, o tempo de vida de tais trabalhos foi muito curto (Freire, Oliveira, Oliveira e Ceccon, 1980), devido ao recrudescimento dos mecanismos e das formas de controle repressivo, mais ou menos explícitos, empregados pelo Estado para conter as manifestações populares e impedir o fortalecimento da crença da população em si mesma, enquanto agente do processo social e político.

Assiste-se a um grande movimento de participação e reivindicação populares:

- são as ligas camponesas com as suas caminhadas até os grandes centros urbanos, solicitando condições mínimas e razoáveis para o plantio e para a colheita na terra;

- são os diversos setores da população em geral, revoltando-se contra o assustador índice de vida;

- são os operários reivindicando medidas efetivas contra o arrocho salarial.

Em março de 1964, instaura-se o regime militar no país que contribui para um recrudescimento dessas condições, assim como por instalar um regime de terror político e cultural na realidade brasileira (Basbaum, 1976). O Brasil é

obrigado a conviver com um sistema de governo que põe fim a vários direitos civis, enquanto as contradições existentes na realidade social vão criando situações concretas na vida das pessoas, sobre as quais vários profissionais passam a atuar (Iglésias, 1993).

No mundo, eclodem diversas manifestações como as barricadas de Paris, em maio de 1968; como as incipientes manifestações contra os regimes totalitários do Leste Europeu (Hobsbawm, 1992); como os inúmeros e sangrentos conflitos raciais na África do Sul; como a fome e a miséria levando grandes parcelas da população à doença, quando não à morte, na Ásia, na África, na América Latina; enfim nos chamados países do Terceiro Mundo.

Ao lado dos pólos industriais e dos centros de riqueza iam crescendo imensos cinturões de pobreza e de miséria (Freire, 1979). Estes cinturões eram, na realidade, bairros, vilas, aglomerações de casas e casebres que iam, de maneira desorganizada, sendo erguidos em terrenos os mais inóspitos e inseguros possíveis, contudo mais próximos dos locais onde as pessoas podiam trabalhar. Às vezes, encontrava-se (e ainda se encontra) um conjunto de casas de madeira erguidas sobre morros, sobre grandes rochas ou sobre um terreno pantanoso ou alagado. Os moradores desses lugares eram (e são) os trabalhadores das fábricas, das indústrias, dos escritórios, das escolas, dos hospitais, dos bancos ou das grandes residências e mansões.

É no quadro destes acontecimentos políticos e econômicos que, em 27 de agosto de 1962, dá-se o reconhecimento oficial da profissão de psicólogo no Brasil e se criam as disposições legais - lei N. 4119 de 27/08/62 - para a regulamentação e criação dos cursos de psicologia (Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, 1981). Os modelos teóricos e metodológicos que passaram a ser

ministrados nos primeiros cursos de psicologia, no país, eram importados em sua grande maioria dos Estados Unidos, havendo pouca participação das produções européias. Historicamente, desde a sua criação como profissão no Brasil, a psicologia tem passado por vários tipos de prática. Tradicionalmente, ela se estruturou através do desenvolvimento da prática nos consultórios, nas organizações e nos ambientes educacionais. Assim era, em especial, na década de 60.

A partir de meados da década de 60, em alguns locais dá-se a inserção do psicólogo, com o objetivo de somar esforços e de colaborar para tornar a psicologia mais próxima à população, em geral, e mais comprometida com a vida dos setores menos privilegiados; buscando com isso uma deselitização da profissão, e as práticas vão ganhando uma significação política de mobilização e de transformação sociais. Nesses anos, começavam a ser preparadas as primeiras turmas de psicólogos que haviam ingressado nas faculdades e universidades brasileiras. Ao mesmo tempo, nos contextos nacional e internacional, acompanhava-se o surgimento de uma série de conflitos sociais, decorrentes da insatisfação popular frente ao descaso e desrespeito das autoridades e à repressão oriunda das ações do Estado. A intensidade e recorrência desses acontecimentos começam a imprimir um novo rumo para as relações sociais forjadas macro e microestruturalmente.

É neste contexto que se vê o início do emprego do termo *psicologia na comunidade*. Uma das primeiras vezes em que ele é utilizado oficialmente, sendo posteriormente publicado em revista e/ou periódicos da área, é nos trabalhos executados sob a responsabilidade de um grupo de psicólogos, ligados à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tendo também a participação de alguns estudantes de psicologia, na época. Mais tarde, essa

experiência foi publicada<sup>2</sup> em artigos de Andery (1984), onde essa temática e denominação são abordados. Foram trabalhos desenvolvidos junto às populações de baixa renda, na Zona Leste de São Paulo; e depois na Zona Oeste, em Osasco, já com a participação de professores do curso de graduação da PUC-SP e de mais estudantes de psicologia, àquela época inseridos em núcleos de pesquisa e/ou de estágio, que se constituíam em exigências para a conclusão do curso. Complementando estas informações, é importante assinalar, também, que já em inícios dos anos 70, em Belo Horizonte, na universidade Federal de Minas Gerais (na UFMG), fazia parte do currículo do curso de psicologia a disciplina psicologia comunitária.

Nesse período, outros trabalhos<sup>3</sup> também são desenvolvidos: na Paraíba com a participação de psicólogos formados em São Paulo, na PUC; em Belo Horizonte, por profissionais que já atuavam em comunidade<sup>4</sup>, antes mesmo da sua formação como psicólogo e que, após obtê-la, deram continuidade até a atualidade; em Porto Alegre, na

---

2. Conferência proferida e publicada sob o título de "Psicologia na comunidade no Brasil", de Alberto Abib Andery, p. 11-13, *Anais do I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade*, PUC-SP, e Regional São Paulo/ABRAPSO. O referido encontro foi realizado em setembro de 1981, nas dependências da PUC-SP.

Em 1984, é comercializada a primeira edição do livro *Psicologia social - O homem em movimento*, da Editora Brasiliense, São Paulo, obra sob organização de Lane, S.T.M. e Codo, W., onde na parte 4, referente à "Praxis do Psicólogo", encontra-se o artigo intitulado "Psicologia na comunidade" (p. 203-220) de autoria de Alberto Abib Andery.

3. Em 1981, nos Anais da 33ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Salvador, é publicado o resumo "Psicologia voltada para a comunidade: experiência da Paraíba - Área rural e urbana" (p. 804), de autoria de Dirceu Malheiro e outros, em que é feito o relato das práticas que os psicólogos, que trabalhavam na UFPb, tinham desenvolvido junto a comunidades rurais e urbanas, nos anos anteriores.

4. Encontram-se trabalhos realizados há mais de 20 anos, como os da Cabana do Pai Tomás, pelo Prof. William C. Castilho Pereira, em Belo Horizonte, Minas Gerais, representando uma extensa frente de trabalho para psicólogos nessa área.

PUC-RS e na UFRGS, e em SP, onde trabalhos junto a diferentes comunidades vão sendo realizados tendo a participação de psicólogos que, em sua grande maioria, pertenciam a quadros da carreira docente<sup>5</sup>; e em outros locais, de modo relativamente disperso e pouco divulgado, naquela época.

O psicólogo trabalhava de uma maneira voluntária, não remunerada e firmemente convicto do seu papel político e social junto a esses setores da população. Os referenciais teóricos e metodológicos da sociologia, da antropologia, da história, da educação popular e do serviço social tornaram-se conhecidos pelos psicólogos, que passaram a empregá-los, com certa prioridade, nos trabalhos que desenvolviam nas comunidades.

A preocupação fundamental era o desenvolvimento de atividades e tarefas que permitissem colocar a psicologia a serviço dessas populações, e ao mesmo tempo, em algumas dessas práticas, havia o compromisso de colaborar para que as pessoas se organizassem e reivindicassem por suas necessidades básicas e melhorias das suas condições de vida. Tentava-se descaracterizar a psicologia como uma profissão elitista e que havia feito alianças com a burguesia. Todas as formas de trabalho eram bem-vindas, desde que se guiassem por uma preocupação em oferecer algum tipo de colaboração à população, seja sob a forma de serviços psicológicos, seja ajudando-a a se organizar politicamente. A maneira como isto era feito e segundo quais orientações teóricas e metodológicas eram aspectos, naquele período, pouco debatidos. Era o momento político e histórico em

---

5. Para uma breve exposição a respeito disto ver Pimentel, Regina Sileikis. "Fragmentos de um trabalho com a comunidade", In: *Psicologia e Sociedade*, ABRAPSO/PUC-MG, Belo Horizonte, Ano IV, nº 7, setembro de 1989, p. 136-142.

que esses trabalhos foram se configurando como necessários, em termos de irem sendo construídas novas frentes de atuação. Ao mesmo tempo, havia poucos psicólogos com disponibilidade e envolvimento para participar dessas práticas.

## 1.2. Entrando nos anos 70

O país ainda era governado por militares, mas a população foi aprendendo a criar e a lutar por canais de reivindicação, seja sob a forma de associações de bairros, de entidades de defesa do cidadão e da anistia, de movimentos contra a carestia e o alto custo de vida, de grupos de educação popular e pastorais do operário, do menor e da mulher.

Vários profissionais liberais, entre eles intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, incorporaram-se aos setores populares, no exercício de funções e de trabalhos que pudessem levar alguma contribuição ao movimento popular que, timidamente, se organizava. Esta participação - seja diretamente envolvidos nos movimentos e formas de organização da população; ou somente na função de pensadores e animadores de debates sobre temáticas importantes para a população - colaborou para o surgimento de trabalhos e de publicações que analisam as formas de organização dos setores populares (Scherer-Warren e Kricher, 1987; Iokoi, 1989; Jacobi, 1989; Martins, 1989, entre outros); e que estudam os processos de formação de consciência e de participação política da população (Barreiro, 1985; Sader, 1988; entre outros).

Neste contexto e na dinâmica em que os acontecimentos sociais foram sendo construídos, pode-se dizer, de um lado, que foi o envolvimento e o compromisso do profissional de psicologia, junto aos movimentos populares, que deram início a essa prática, com características de se voltar

para problemáticas diferentes das com que tradicionalmente trabalhava, ocorrendo em situações e ambientes também diversos. Os resultados, no mínimo, de tal participação foram gerar uma divulgação – através de livros, revistas com números especiais, artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos – das problemáticas sociais vividas pela população e de possíveis encaminhamentos, decorrentes das análises feitas (Caniato, 1986; Chitarra 1987; Ieno Neto, 1987; Bomfim et alii, 1989/90).

Por outro lado, tal envolvimento e identificação com a vida e a situação dos desfavorecidos tornaram-se possíveis, somente pelo fato da população estar vivendo condições concretas, extremamente difíceis, que produziam uma tal repercussão que tornaram esses intelectuais mais sensíveis às problemáticas presentes nesses segmentos sociais.

Assim, o clima de repressão política e cultural em que ainda se vivia, e o constante processo de pauperização da sociedade, contribuíram para aglutinar profissionais que – por acreditarem ser possível colaborar na construção de uma sociedade mais justa e digna – se enfileiram junto aos setores desprivilegiados, desenvolvendo trabalhos práticos e teóricos e, também, participando dos movimentos populares.

Os profissionais de psicologia começaram a marcar novos espaços através de práticas diferentes, saindo dos consultórios, das empresas e das escolas, e indo para os bairros populares, para as favelas, para as associações de bairros, para as comunidades eclesiais de base. Os trabalhos passaram a advogar não só o caráter da deselitização da psicologia como também um claro envolvimento e participação políticas, junto aos movimentos populares, como faziam também os profissionais das outras ciências sociais e humanas.

As atividades desenvolvidas apresentavam várias características, desde a promoção de reuniões e discussões em

torno das necessidades vividas pela população, passando por levantamentos e descrições das condições de vida e das deficiências educacionais, culturais e de saúde da população, assim como por oferecer algum tipo de assistência psicológica gratuita, até a participação conjunta em passeatas, mobilizações e abaixo-assinados, dirigidos às autoridades como uma forma de protesto contra as precárias condições de existência e como uma maneira de reivindicar os serviços básicos.

Como os trabalhos em comunidade via de regra eram voluntários, os profissionais normalmente desenvolviam outras atividades remuneradas, em outros setores, na grande maioria, ligados à academia. Em contrapartida, isso permitiu que a discussão sobre as condições da inserção nessa realidade fossem levadas para dentro da universidade, onde se iniciaram os debates e as reflexões a respeito da prática do psicólogo e do seu compromisso social e político. Vale a pena lembrar que alguns trabalhos já estavam obtendo algum reconhecimento e espaço para a sua realização, em específico dentro da universidade. Podem-se citar os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de professores e psicólogos – entre eles, o pioneiro, o da UFMG, em Belo Horizonte – que passaram a contemplar em seus currículos a disciplina psicologia comunitária (Bomfim, 1989), a qual visava discutir e trabalhar questões relativas à ecologia humana e às formas de organização e participação populares.

### 1.3. Entrando nos anos 80

Quando o país começava a viver um clima de expectativa para com a abertura democrática em fins dos anos 70 e início dos 80, a discussão e divulgação sobre os trabalhos desenvolvidos em comunidade passaram a ter mais atenção, evidenciando-se uma preocupação sobre o seu caráter de clandestinidade. Além disso, as discussões permitiram

criar espaços para repensar os aspectos não-remunerado e voluntário, como também os metodológicos referentes à prática do psicólogo em comunidade.

A denominação *psicologia comunitária* passa a ser um termo mais consagrado e adotado por vários profissionais, inclusive em debates e reflexões<sup>6</sup>.

Um dos primeiros momentos em que se noticia, no Brasil, sobre a expressão *psicologia comunitária*, sob a forma de publicação, acontece no trabalho "A psicologia comunitária: considerações teóricas e práticas", de autoria de D'Amorim (1980). Após isso, a expressão aparece publicada (Lane, 1981), em setembro de 1981, na conferência "Psicologia comunitária na América Latina", proferida pela Profa. Dra. Sílvia T. Maurer Lane, durante o I Encontro Regional de Psicologia na comunidade, na PUC-SP. No mesmo Encontro, Derdick et alii (1981) apresenta o trabalho "Psicologia comunitária em bairros periféricos de Osasco", descrevendo a experiência desenvolvida naquela região. A significação destes trabalhos, chamados de *Psicologia comunitária*, está no fato deles explicitarem uma prática da psicologia social, anunciando seu compromisso político e permitindo que as críticas feitas às teorias psicológicas e a-históricas sejam evidenciadas.

### 1.3.1. Criação da ABRAPSO

Em meados dos anos 80, as questões relativas à falta de definição e de especificidade dessa prática (Lane, 1987; Lane e Bader, 1988; Freitas, 1986; 1987; 1988; 1988a; Franco, 1988; Andery, 1989; Bomfim; 1989a e 1989b)

---

6. O termo aparece também na publicação dos trabalhos de: Freitas (1982); Armani Filho (1983); Vasconcellos (1985); Mourão (1986); Bomfim et alii (1988); Andery (1989); Bomfim (1989); Bomfim (1990); Campos (1990); Góis (1991); Mendes (1991); Góis (1993).

começam a aparecer em alguns debates travados em reuniões científicas e em encontros promovidos pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Esta associação foi criada oficialmente em julho de 1980, na UERJ-RJ, durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), quando no dia 11 acontecia uma mesa-redonda, organizada pela Associação Latino-Americana de Psicologia Social - comissão Pró-Formação da ABRAPSO, sob a coordenação da Profa. Dra. Sílvia T. Maurer Lane, com o tema "A psicologia social como ação Transformadora" tendo a participação de S.T.M. Lane da PUC-SP, J.J.C. Sampaio do Instituto de Psiquiatria do Ceará e da universidade de Fortaleza, G. Leno Neto da UFPB e M.L.Violante da PUC-SP.

No contexto da psicologia no Brasil, a ABRAPSO constituiu-se em um marco importante para a construção de uma psicologia social crítica, histórica e comprometida com a realidade concreta da população. Em cada região do país, ou mesmo dependendo do grau de aglutinação e de organização em torno das temáticas desenvolvidas pela psicologia social, existente em cada estado, foram sendo criados núcleos e regionais da ABRAPSO, que passaram a realizar os seus encontros regionais, com uma certa regularidade.

A ABRAPSO através da sua Regional São Paulo, em setembro de 1981, promove o I Encontro Regional de Psicologia na comunidade<sup>7</sup>, onde são apresentadas experiências que estavam sendo desenvolvidas, como trabalhos junto a mulheres da periferia, a crianças de creches, em centros de educação popular, entre outros. Em 1985, na

---

7. Para maiores informações e descrições sobre os trabalhos apresentados ver os Anais do I Encontro Regional de Psicologia na Comunidade, setembro de 1981 - PUC-SP.

Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, é realizado o I Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO<sup>8</sup>, reunindo inúmeros professores, psicólogos e estudantes do país onde foram apresentados trabalhos que propunham reflexões a respeito dos cursos de psicologia e do ensino da psicologia social, como também sobre as intervenções em postos de saúde. O II Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO<sup>9</sup> acontece em novembro de 1986, em Belo Horizonte, Minas Gerais, reunindo trabalhos e várias apresentações sobre política, violência, ecologia, delegacias de mulheres, sexualidade, sindicatos, saúde, educação, comunidades, entre outros temas. O III Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO realiza-se em São Paulo, na PUC, em maio de 1987, objetivando reunir os profissionais de áreas afins para discutir as temáticas relativas à vida da população em geral e às possibilidades de realização de trabalhos conjuntos. Em setembro de 1987, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória, é realizado o IV Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO<sup>10</sup>, reunindo professores, pesquisadores, profissionais e estudantes de vários estados do país em torno de temáticas como: "psicologia e comunidade"; "movimentos sociais"; "psicologia política"; "delegacia de mulheres"; "história da psicologia social", entre outras. Dois anos mais tarde, em

---

8. Com a realização deste I Encontro dá-se início ao primeiro número da revista publicada pela ABRAPSO: *Psicologia e Sociedade*. Para maiores informações sobre os trabalhos apresentados neste evento ver revista *Psicologia e Sociedade*, centro de ciências humanas da PUC-SP, ANO I, janeiro de 1986, nº 1.

9. Para maiores informações ver os Anais do II Encontro Nacional e I Encontro Mineiro de Psicologia Social da ABRAPSO, FAPEMIG-MG, V. 1, 1986. Este evento foi realizado em promoção conjunta com o Departamento de Psicologia da UFMG e do Departamento de Psicologia da PUC-MG.

10. A maioria dos trabalhos que foram apresentados neste Encontro estão publicados na revista *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ABRAPSO, PUC-MG, Ano IV, nº 7, setembro de 1989.

setembro de 1989, no Instituto Paraibano de Educação, em João Pessoa, acontece o V Encontro Nacional de Psicologia Social da ABRAPSO, reunindo também inúmeros profissionais da área. Iniciam-se os grupos de trabalho em torno de uma dada temática de interesse, tendo sido criado, entre outros, o Grupo de Trabalho de Psicologia Comunitária.

A mesma estruturação envolvendo os grupos de trabalho - além de outras atividades como mesas-redondas e simpósios - esteve presente nos VI e VII Encontros Nacionais de Psicologia Social, promovidos pela ABRAPSO e realizados, respectivamente, em maio de 1991 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ-RJ) no Rio de Janeiro, e em junho de 1993 na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), em Itajaí, Santa Catarina.

#### 1.4. Entrando nos anos 90

No início dos anos 90, a nível nacional, presencia-se a expansão dos trabalhos dos psicólogos junto aos diversos setores e segmentos da população. Entretanto, cabe salientar que essa expansão acontece dentro de um quadro variado de práticas, envolvendo diferentes pressupostos filosóficos e referenciais teóricos.

Passa-se a ouvir, mais freqüentemente, a denominação de *psicologia da comunidade*<sup>11</sup>. São práticas desenvolvidas quando o psicólogo está no posto de saúde, na secretaria do bem-estar social, em algum órgão ligado à família e aos menores, ou quando o psicólogo está em algum setor

---

11. Em agosto de 1992, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, em Minas Gerais, foi realizado o "1º Congresso Brasileiro de Psicologia da Comunidade e Trabalho Social - Autogestão, Participação e Cidadania". Entre as mesas-redondas realizadas pode-se encontrar a de "políticas públicas e sociais, participação popular e psicologia da comunidade e trabalho social" (grifos nossos).

vinculado às instituições penais. Enfim, quando ocupa um espaço profissional dentro de alguma instituição – normalmente pública – que tem como objetivos ampliar e democratizar o fornecimento dos serviços, de diversas áreas, para a população em geral. Trata-se, dessa maneira, de uma atuação que passa a ser desenvolvida como uma demanda solicitada por uma instituição. É uma atividade que surge associada ao contexto do trabalho social na área de saúde, havendo o surgimento de problemáticas/questões ligadas à saúde coletiva, em que é esperado do psicólogo que ele tenha um papel de trabalhador social dentro dos movimentos de saúde. Em decorrência, isto contribui para que a psicologia passe a ser vista como, fundamentalmente, uma profissão da saúde.

Nesses trabalhos encontram-se fortes influências da análise institucional, do movimento instituinte e das chamadas intervenções psicossociológicas. A existência destas práticas, com esta orientação em específico, não se restringe aos anos 90. Já em 1986, durante, por exemplo, o II Encontro Nacional e II Encontro Mineiro de Psicologia Social ABRAPSO, realizado em Belo Horizonte, encontram-se alguns trabalhos que relatam experiências nessa área. Em agosto de 1992, em Belo Horizonte, durante o 1º Congresso Brasileiro de Psicologia da comunidade e Trabalho Social, verifica-se, também, o predomínio de trabalhos na área da saúde ou voltados para esta temática, numa proporção quatro vezes maior, do que os trabalhos referentes às temáticas ligadas às escolas e creches, às questões de metodologia do trabalho comunitário, ou mesmo ao relato de outro tipo de experiência.

Entretanto, cabe lembrar que as outras práticas – denominadas, neste capítulo, de psicologia na comunidade ou mesmo psicologia comunitária – continuaram existindo e sendo desenvolvidas concomitantemente. Na realidade, estes primeiros anos da década de 90 têm presenciado uma

diversidade teórica, epistemológica e metodológica no desenvolvimento desses trabalhos em comunidade pelos psicólogos.

### 1.5. Algumas considerações

Ao longo dessas quase quatro décadas, verifica-se que os espaços para o desenvolvimento da prática da psicologia em comunidade, assim como os motivos para a realização das mesmas, têm se modificado.

A partir da metade dos anos 80, quando o Brasil vê definitivamente a saída dos militares do governo, passando a enfrentar dificuldades quanto à administração e às novas conjunções políticas que se criam em torno do poder, mudanças acontecem na esfera da administração pública em relação ao fornecimento de diversos serviços profissionais. O resultado das eleições diretas, a nível municipal e estadual, a partir da década de 80, revelou o peso que a organização e a mobilização populares tiveram, após anos de silêncio e de proibições políticas, visto que os cargos para a prefeitura e para o governo de Estado, em várias regiões do país, foram sendo ocupados por candidatos mais progressistas e afinados com as reivindicações populares. Ampliaram-se as possibilidades de inserção dos profissionais das ciências sociais e humanas em funções e cargos destinados, especificamente, à prestação de serviços à população. E ampliaram-se, também, o espaço de trabalho e a possibilidade de reconhecimento da profissão de psicólogo junto aos setores populares.

É neste período que, em São Paulo, por exemplo, junto ao governo do estado, após inúmeras incursões e debates do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, associado ao Conselho Regional de Psicologia (CRP-06/SP), cria-se a possibilidade concreta para que o profissional de psicologia passe a trabalhar em postos/unidades de saúde, tendo uma

atuação institucionalmente reconhecida. Realizam-se concursos públicos, iniciando-se em São Paulo, para as novas vagas de psicologia. Vários profissionais começam a trabalhar em postos/unidades de saúde, situados em locais distantes e precários de bairros de periferia, podendo oferecer um serviço à população em geral, porém agora de uma maneira remunerada e não mais clandestina. Outros estados no Brasil, gradativamente, nos anos que se seguem, vão acompanhando esta iniciativa, de tal modo que o cargo para a função de Psicólogo foi sendo criado.

## 2. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Algumas diferenças

Tendo sido apresentadas informações a respeito da trajetória e das condições que contribuíram, de alguma maneira, para o aparecimento dessas práticas, considera-se que há diferenças entre elas, que ultrapassam a mera distinção nominativa.

Assim, poder-se-ia dizer que a *psicologia na comunidade* de fato surgiu e recebeu essa identificação de *na comunidade*, em uma época em que isso era fundamental: eram momentos em que a psicologia vivia, fortemente, uma crise em relação aos modelos importados e alheios à realidade brasileira e, dessa forma, assumia a proposta de se deselitizar e de se tornar mais ligada às condições de vida da população.

Para isso, ela necessitava deixar de ser realizada nos consultórios e nas escolas, por exemplo, e passar a ser desenvolvida *na comunidade*. Foram iniciativas importantes e com uma significação histórica grande, para aquilo que se vivia nas décadas de 60 e 70.

Durante o passar desses anos, o emprego das expressões foram se misturando e se confundindo, especialmente entre os termos *na* e *da*, como que numa sinonímia.

Somente nestes últimos anos, aproximadamente de 1985 para cá, adquirindo uma maior força no início dos anos 90, é que a expressão *psicologia da comunidade* tornou-se de uso freqüente. Passou a se referir às práticas ligadas às questões da saúde, ao movimento de saúde, e que envolviam atividades que se realizam através da mediação de algum órgão prestador de serviços, que se constituía na instituição na qual o psicólogo trabalhava. Assim, os trabalhos realizados – com diversas temáticas, situações, embasamentos teóricos e orientações metodológicas – defendiam que fosse desenvolvida uma psicologia menos acadêmica, menos intelectualizada, mais identificada com a população permitindo que ela tivesse acesso aos serviços de saúde, que o profissional de psicologia poderia e deveria prestar, visto que isto é um direito de qualquer cidadão. Grande parte dos trabalhos são desenvolvidos dentro de uma perspectiva do chamado trabalho institucional, do movimento institucionalista e das intervenções psicossociológicas, adotando instrumentais oriundos das vertentes clínicas e educacionais.

No mesmo sentido, porém apresentando diferenças significativas – uma vez que compreende o homem como sendo sócio-historicamente construído e ao mesmo tempo construindo as concepções a respeito de si mesmo, dos outros homens e do contexto social – encontra-se a *psicologia comunitária*, ou que na América Latina tem sido chamado de *psicologia social-comunitária*, exatamente para estabelecer esta diferenciação com a prática assistencialista ligada aos serviços de saúde, presente nos modelos importados, especialmente, dos Estados Unidos.

A *psicologia (social) comunitária* utiliza-se do enquadre teórico da psicologia social, privilegiando o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos.

### 3. Necessidades colocadas à prática da psicologia em comunidade: Considerações finais

Atualmente, procedendo-se a uma análise cuidadosa sobre as práticas da psicologia em comunidade, verifica-se a coexistência de vários trabalhos, apresentando várias características, muitas vezes, até incongruentes entre si. Alguns elementos mereceriam ser destacados, quando se propõe discutir sobre a prática do psicólogo fora dos ambientes tradicionais de trabalho. Alguns deles seriam:

- a) Os trabalhos desenvolvidos em comunidade perderam seu caráter de clandestinidade, presente nas décadas de 60 e 70 principalmente. Com isso, de um lado, diminuíram as dificuldades quanto à aceitabilidade ou permissividade do trabalho; e, de outro, aumentaram as condições para se efetuar reflexões e análises sobre os aspectos intrínsecos a essa prática, competindo à universidade proceder a tais análises durante o processo de formação de novos quadros de psicólogos;
- b) Houve um aumento significativo dos apelos, por parte do Estado, para uma maior participação junto à sociedade e às suas problemáticas. Tais apelos incidiram também sobre as profissões, e, entre elas, sobre a psicologia;
- c) Institucionalizou-se o espaço para a atuação do psicólogo junto aos diversos setores e segmentos da população. Entretanto, a identidade e a prática desse profissional, do ponto de vista da sua agência formadora – no caso, dos cursos de graduação – permaneceram, praticamente, inalteradas e pouco debatidas com vistas a qualquer possibilidade de mudança e/ou adequação às necessidades da realidade social. Em trabalho recente (Freitas, 1994), verifica-se que os modelos teóricos e a preparação profissional do futuro profissional de psicologia desenvolvidos, hoje, nos cursos de psicologia, pouco

diferem da mesma preparação das décadas anteriores. Isto pode indicar, de um lado, uma cristalização da universidade nos modelos teórico-metodológicos e, de outro, a manutenção de condições para que o estudante de psicologia se distancie e desconheça a realidade cotidiana vivida pelo povo do seu país;

- d) Quando da inserção e atuação em uma nova realidade para a prática profissional psicológica, observa-se a adoção dos mesmos modelos de atuação presentes nas formas tradicionais de trabalho do profissional de psicologia. Os instrumentos e os modelos filosóficos implícitos na atuação do psicólogo – seja na prática clínica ou educacional – foram transpostos para a prática em comunidade, havendo uma ênfase do seu papel como promotor de saúde;
- e) Há, ao mesmo tempo, alguns trabalhos de psicólogos em comunidade que estão empregando modelos, para a sua prática, construídos a partir de um referencial teórico proveniente de uma psicologia social crítica, fundamentada em uma concepção histórico-dialética e construindo para isso instrumentais coerentes a essa postura. Poder-se-ia falar da tentativa de construção de um novo paradigma para a compreensão dos fenômenos psicossociais que se materializam e adquirem sua significação, em uma perspectiva micro e macroestrutural, através das relações travadas no cotidiano, e também um paradigma que se estende para o plano da intervenção e da atuação deste profissional junto aos problemas concretos das pessoas de seu país, estado ou cidade, problemas estes que têm uma incidência única e particular para as pessoas envolvidas.

Finalizando, poderíamos, infelizmente, dizer que nos nossos cursos de psicologia professores e estudantes des-

conhecem, na sua maioria, as condições concretas em que vive a maior parcela da nossa população. A extensa divulgação de campanhas e notícias, seja através da TV, do rádio e/ou dos jornais, não é suficiente e, infelizmente, nem capaz de tornar realmente conhecida e familiar a crueldade da miséria e da fome em que se encontra quase um quarto da nossa população. Para se contribuir com uma vida psicológica mais saudável, é necessário que o trabalho a ser desenvolvido ultrapasse a esfera do individual e do particular, ao mesmo tempo, em que adquira uma perspectiva de apreensão da realidade – em sua totalidade e em sua concretude histórica – podendo então apreender a vida real e concreta das pessoas. Fazer isto, na especificidade do trabalho das práticas psicológicas, significa atuar dentro de uma perspectiva da psicologia social, em uma visão sócio-histórica, junto às relações que são travadas na esfera do cotidiano, eliminando-se posturas reducionistas, psicologizantes e a-históricas sobre os processos psicossociais.

Nestes anos, quase a meados da década de 90, pode-se, portanto, dizer que não se vive mais a urgência, como nas décadas anteriores, de produzir a maior quantidade possível de intervenções e práticas junto aos setores populares. Nas décadas anteriores, em especial durante os anos de exceção, era importante que a psicologia – enquanto uma prática social claramente comprometida – pudesse se ampliar e se estender para além das situações tradicionais, contribuindo para o estabelecimento de alianças com as classes sociais desprivilegiadas, e assumindo assim um compromisso político a favor da população e das suas formas e possibilidades de organização. Entretanto, afirmar sobre esta não “urgência” não pode nos autorizar a dizer que os problemas da população diminuíram ou foram resolvidos. Ao contrário, poder-se-ia dizer que, hoje, presenciemos uma pobreza, uma miséria e uma fome muito mais cruéis e desumanas, que têm contribuído para minar

e destruir as formas básicas de convivência humana e solidária. E é neste contexto e para esta realidade que as práticas da psicologia em comunidade deveriam ser discutidas e construídas, de tal modo que pudessem colaborar para a construção da identidade e para o desenvolvimento de uma consciência crítica, nas pessoas, no seu cotidiano.

Poder-se-ia dizer que, nesta década, a exigência feita à psicologia baseia-se muito mais na necessidade de serem produzidos trabalhos, práticas e intervenções que tenham qualidade e competência suficientes para responderem às exigências que lhes são feitas pelos diversos setores da sociedade. Além disso, as indefinições e as incertezas quanto à identificação das práticas – a existência de pressupostos e instrumentais muito diversos quando da realização dos trabalhos, e a percepção de que os psicólogos estão sendo guiados nessas práticas, por embasamentos filosóficos e teóricos às vezes contraditórios entre si – parecem apontar para a necessidade de serem encontrados critérios que estabeleçam diferenças entre essas práticas levando a refletir sobre a necessidade ou não delas serem chamadas de uma ou de outra maneira.

## BIBLIOGRAFIA

- AMMANN, Safira B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*, São Paulo, Cortez Editora, 1980.
- ANDERY, Alberto Abib. “Psicologia na comunidade”. In: *Psicologia social – O homem em movimento*, Lane e Codo (orgs.), São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984, p. 203-220.
- . “Psicologia social e comunitária”. In: *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ABRAPSO, 1989, 7: 125-135.
- BARREIRO, Julio. *Educación popular y proceso de concientización*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1985.

- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república - De 1961 a 1967*, São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 2ª edição, 1976.
- BOMFIM, Elizabeth M. "Notas sobre a psicologia social e comunitária no Brasil". In: *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ABRAPSO, 1989a, 7:42-46.
- . "O psicólogo na comunidade". In: *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ABRAPSO, 1989b, 7: 115-119.
- BOMFIM, Elizabeth M. et alii. "Meninas de rua: O cotidiano e a lei". In: *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ABRAPSO, PUC-MG, 8: 49-62, 1989/90.
- . "Psicologia comunitária". In: *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ABRAPSO, PUC-MG, 1988, p. 13-16.
- CANIATO, Angela. *A luta pela moradia de ex-favelados como parte essencial do processo de formação da consciência social* (dissertação de mestrado em psicologia social), PUC-SP, 1986.
- CAVALCANTI, P. Celso U. e RAMOS, Jovelino (coords.). *Memórias do exílio - Brasil - 1964*, São Paulo, Editora Livramento, 1978.
- CECCON, Claudius et alii. *A vida na escola e a escola da vida*, Petrópolis, Vozes/IDAC, 1983.
- CHITARRA, Rolando J. *Construção de projetos sociais alternativos: Um estudo de comunidades rurais* (dissertação de mestrado em psicologia social), PUC-SP, 1987.
- D'AMORIM, Maria Alice. "A psicologia comunitária: considerações teóricas e práticas". In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, 1980, 32(3), p. 99-105.
- DERDICK, Sílvia et alii. "Psicologia comunitária em bairros periféricos de Osasco". In: *Anais do I Encontro Regional de Psicologia na comunidade*, São Paulo, ABRAPSO, 1981, p. 173-178.
- FRANCO, Vania C. "A natureza das técnicas de intervenção em comunidades". In: *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ABRAPSO, PUC-MG, 1988, 5:70-73.
- FREIRE, Paulo, OLIVEIRA, Rosiska D., OLIVEIRA, Miguel D. e CECCON, Claudius. "Exílio e identidade - A trajetória de dez

- anos do IDAC". In: *Vivendo e aprendendo*, Freire, P. et alii, São Paulo, Brasiliense, 1980, p. 9-14.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- . *Concientización*, Buenos Aires, Ed. Busqueda, 1974.
- . *Educação como prática da liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979a.
- . *Multinacionais e trabalhadores no Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- . *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979b.
- FREITAS, M. Fátima Quintal de. "Fatores responsáveis pela inserção do psicólogo na comunidade, na grande São Paulo". In: *Anais da XVII Reunião Anual de Psicologia*, Ribeirão Preto, São Paulo, SPRP, 1987, p. 275.
- . "O psicólogo e a comunidade". In: *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, ABRAPSO, PUC-MG, 1988a, 5:74-85.
- . "Psicólogos na comunidade: importância e orientação do trabalho desenvolvido". In: *Psicologia: Teoria e pesquisa*, Brasília, 1988, 4(3): 236-248.
- . *Psicologia comunitária: Professores de psicologia falam sobre os modelos que orientam a sua prática* (tese de doutorado em psicologia social), PUC-SP, 1994.
- . *O psicólogo na comunidade: um estudo da atuação de profissionais engajados em trabalhos comunitários* (dissertação de mestrado em psicologia social), PUC-SP, 1986.
- GÓIS, Moacyr de. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964) - Uma escola democrática*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- HOBBSAWN, Eric. "Adeus a tudo aquilo". In: *Depois da queda - Fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*, Blackburn, Robin (org.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 93-106.
- IENO NETO, Genaro. "Psicologia e movimentos populares: Algumas possibilidades de aproximação". In: *Revista de Psicologia*, Fortaleza, 5(1): 29-35, 198.

- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil - De 1500 a 1964*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- IOKOI, Zilda M.G. *Lutas sociais na América Latina*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1989.
- JACOBI, Pedro R. *Movimentos sociais e políticas públicas*, São Paulo, Cortez Editora, 1989.
- LANE, Sílvia T.M. "A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia". In: *Psicologia social - O homem em movimento*, Lane e Codo (orgs.), São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 10-19.
- "Psicologia comunitária na América Latina". In: *Anais do I Encontro Regional de Psicologia na comunidade*, São Paulo, ABRAPSO, 1981: 5-9.
- LANE, Sílvia T. Maurer e SAWAIA, Bader B. *Psicologia: Ciência ou política*, São Paulo, Pré-Print - EDUC, 1988.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*, São Paulo, HUCITEC, 1989.
- OLIVEIRA, Rosiska D. "Os movimentos sociais reinventam a educação". In: *Educação e Sociedade*, São Paulo, Cortez Editora, 8, março/81, p. 33-60.
- PIMENTEL, Regina S. "Fragmentos de um trabalho com a comunidade". In: *Psicologia e Sociedade*, ABRAPSO/PUC-MG, Ano IV, nº 7, set/89, p. 136-142.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SCIHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. *Uma revolução no cotidiano*, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SINDICATO dos Psicólogos do Estado de São Paulo. *Psicólogo: Informações sobre o exercício da profissão*, São Paulo, Cortez Editora, 1981.
- WANDERLEY, Mariangela Belflore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*, São Paulo, Cortez Editora, 1993.

## RELAÇÕES COMUNITÁRIAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO

Pedrinho A. Guareschi<sup>1</sup>

Sem querer criar muita expectativa, arriscaria dizer que a leitura das páginas que seguem poderá, talvez, causar surpresa a alguns leitores. Isso porque vou tentar re-discutir os conceitos ligados ao título acima, conceitos muito badalados, usados e abusados, mas que quando escrutinados e trazidos à luz do dia podem, de repente, mostrar dimensões que em geral permanecem veladas, ocultas. O que pretendo, sem maiores pretensões, é fazer um pouco o que Paul Ricoeur chama de levantar suspeitas, perfurar as máscaras<sup>2</sup>.

Vamos caminhar por etapas. Primeiro vamos fazer uma parada diante da realidade das "relações sociais". Em seguida vamos perguntar o que elas têm a ver com os grupos (comunidades). Veremos os vários tipos de relações. Determinemos, ao final, na discussão de dois tipos centrais: as relações de dominação e as relações comunitárias.

1. Desejo agradecer ao grupo de leitura e discussão da linha de pesquisa "Ideologia, Comunicação e Representações Sociais", do mestrado em psicologia da PUC-RS, as valiosas críticas e comentários.

2. O conflito das interpretações. Ensaios de hermenêutica, Rio de Janeiro, Imago, 1978:87.